

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.559 - RS
(2019/0109548-8)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : TERESINHA KLINGER
AGRAVANTE : IVANIO LUIZ HOFF
AGRAVANTE : CLAUDIO ASTOR KREIBICH
AGRAVANTE : ELIZABETE MACHADO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ALCINDO BARBOZA DE LIMA
AGRAVANTE : ROBERTO SCHMIDT
AGRAVANTE : HOMERO ERNI HAAS
AGRAVANTE : IEDA NOELI KURTZ
ADVOGADOS : MARCO ALFREDO MEJIA - RS029095
FERNANDO SILVA LORENTZ - RS108302
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE E OUTRO(S) - RS070188
GISELA VIEIRA LORENZONI - RS067350

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA NÃO CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Da leitura da minuta do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que TERESINHA KLINGER, IVANIO LUIZ HOFF, CLAUDIO ASTOR KREIBICH, ELIZABETE MACHADO DE OLIVEIRA, ALCINDO BARBOZA DE LIMA, ROBERTO SCHMIDT, HOMERO ERNI HAAS e IEDA NOELI KURTZ (TERESINHA e outros) ajuizaram ação de cobrança em desfavor de COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, BRASIL TELECOM S.A. e CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES S.A. (COMPANHIA e outras), objetivando o recebimento de dividendos, que foi julgada procedente.

O d. Juízo de primeira instância julgou procedente o pedido de liquidação de sentença, para reconhecer o valor de R\$ 39.954,42 (trinta e nove mil,

Superior Tribunal de Justiça

novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) como representativo do *quantum* da condenação, importância que deveria ser atualizada monetariamente, pela variação do IGPM, desde 9/12/2008, e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, contados com igual critério, mas vedada a capitalização, deduzidos os valores atinentes aos depósitos judiciais de fls. 321, 323 e 325 (R\$1.286,56, R\$1.286,56 e R\$159,24, respectivamente), acrescidos dos rendimentos.

Contra essa decisão interlocutória OI S.A. interpôs agravo de instrumento, alegando que a) suportou cerceamento de defesa; b) não foi concedida vistas dos cálculos ao perito judicial nomeado; e, c) deveria ocorrer a amortização, para fins de quantificação dos valores, dos depósitos havidos nos autos.

O Tribunal gaúcho deu provimento ao agravo de instrumento, nos termos do acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM.

(A) Valor em liquidação: R\$ 39.954,42.

(B) Nulidade por negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa. Inocorrência. No caso concreto, não há nulidade a ser declarada, pois a questão levantada foi reapreciada na decisão final da impugnação, e os pontos que discutem especificamente o cálculo homologado pelo juízo a quo estão sendo providos neste grau recursal. Disso resulta que não há qualquer prejuízo à parte agravante. Preliminar rejeitada.

(C) Valores depositados. Amortização. Importante salientar, que os cálculos realizados pela contadoria devem levar em consideração todos os valores depositados judicialmente, mesmo que efetuados a título de garantia do juízo. Ponto provido.

PROVIDO O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Os embargos de declaração opostos por TERESINHA e outros foram rejeitados (e-STJ, fls. 414/418).

Irresignados, TERESINHA e outros interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 371, 464 e 479, todos CPC, ao defender estarem corretos os cálculos realizados pelo perito.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (1) incidência da Súmula nº 7 desta Corte; e, (2) falta de demonstração do dissídio interpretativo.

Seguiu-se o agravo em recurso especial interposto por TERESINHA e outros que, em decisão monocrática de relatoria do Ministro Presidente do STJ, não foi

Superior Tribunal de Justiça

conhecido, com fulcro no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do STJ, em virtude da sua intempestividade.

Nas razões do presente agravo interno, TERESINHA e outros alegaram que (1) os dias 4 e 5 de março são feriados locais, conforme Ato nº 6/2018 – Órgão Especial do TJRS; e, (2) é possível a concessão de prazo para comprovar a tempestividade do recurso especial, com fulcro nos arts. 4º, 6º, 76, 139, IX, 317, 321 e 932, parágrafo único, e 1.003, § 6º, do NCPC.

É o relatório.

Tendo em vista as alegações trazidas no agravo interno, o entendimento da Corte Especial do STJ, por maioria de votos, no REsp 1.813.684, j. 2/10/2019, pendente de publicação (no sentido de reconhecer que as partes precisam comprovar a existência de feriado local na segunda-feira de Carnaval no momento da interposição de recursos), a modulação desse acórdão para recursos anteriores a sua publicação e a comprovação da suspensão da segunda-feira de Carnaval, (e-STJ, fl. 566), **reconsidero** a decisão agravada e passo à nova análise do agravo em recurso especial.

O recurso não comporta conhecimento.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada, pois o TERESINHA não infirmou devidamente todos os fundamentos da decisão, na medida em que não refutou de forma arrazoada a falta de demonstração do dissídio interpretativo.

Frise-se que, quando se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a falta de demonstração do dissídio interpretativo, deve a parte agravante não apenas mencionar que o comprovou, mas indicar que tratou das circunstâncias que identificavam ou assemelhavam os casos confrontados e que não fez uma simples transcrição de trechos de votos e de ementas considerados paradigmas, a qual não é suficiente para dar cumprimento ao que exige o art. 1.029, § 1º, do NCPC. Sobre o ponto, já se manifestou esta Corte:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.**

Superior Tribunal de Justiça

AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. [...]

1. A divergência jurisprudencial exige comprovação, por meio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou fragmentos de votos, sem o necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

.....
5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1380364/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 1/4/2019, DJe 9/4/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. [...] DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

.....
5. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requer comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1743530/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 3/12/2018, DJe 6/12/2018).

Nesse contexto, o agravo em recurso especial, reiterar-se, não infirmou adequadamente os óbices processuais apontados na decisão agravada, de modo que deve ser mantido o seu não conhecimento, porque apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973).

Veja-se, a propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA Nº 83/STJ.

1. Não pode ser conhecido o recurso que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, atraindo o

Superior Tribunal de Justiça

óbice da Súmula nº 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Inadmitido o recurso especial na origem com base na Súmula nº 83/STJ, incumbe à parte agravante indicar, na petição de agravo em recurso especial, os precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior. Precedentes do STJ.

3. A incidência da Súmula nº 83/STJ, segundo a qual "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida", é aplicável aos recursos interpostos com fundamento em violação de dispositivo legal (art. 105, III, 'a', CF/1988).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 797.056/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 2/2/2016 - sem destaques no original)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno de TERESINHA para **NÃO CONHECER** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator